

Cidade hostil

Shayenne Barbosa Dias
Pós-Graduação em Estudos Urbanos e Regionais - UFRN
shayennedias@gmail.com

Cláudio Roberto de Jesus
Pós-Graduação em Estudos Urbanos e Regionais – UFRN
claudiorobertojesus@gmail.com

Resumo

A exposição diária ao medo da violência e a busca de privacidade têm contribuído para o processo de segregação urbana. Intensificam-se, no Brasil, soluções individuais para problemas coletivos. Pela literatura, observamos que a desertificação do espaço urbano é um dos fatores-chave da percepção da sensação de insegurança, pois o espaço perde a atratividade e pessoas atraem pessoas, o que gera a tão desejada vitalidade urbana. Quando a arquitetura se reveste de formas limitadoras – visuais, físicas e sociais – essa arquitetura é hostil. O objetivo desse artigo é discutir como a arquitetura hostil tem se instituído como elemento ativo na retroalimentação da percepção da sensação de insegurança urbana, na medida em que limita e condiciona a experiência do espaço urbano entre iguais e produz “extramuros”, espaços áridos, impermeáveis, desproporcionais à escala humana. Para pesquisa foi estudado o bairro do Espinheiro, na cidade do Recife, pois foi o bairro que mais verticalizou na cidade dentro do recorte de estudo, sendo modificador do padrão da habitação e da forma de habitar. Percebemos que a arquitetura promovida pelo mercado imobiliário não caminha na direção estabelecer relações que acolham o indivíduo. Cada dia mais edificamos barreira no espaço urbano. Os indivíduos vêm ao longo das últimas décadas buscando uma proteção individualista, o que reflete uma perda de urbanidade, ou seja, as características inerentes da arquitetura levam para uma urbanização privatizada, centrada em homogêneos.

Palavras- Chaves: Arquitetura hostil. Violência urbana. Bairro Espinheiro.

Hostile city

Abstract

The daily exposition to fear and violence as well as the quest for privacy have meaningfully contributed to human segregation process. In Brazil, individual solutions to collective problems have been fostered. According to scientific literature, it is possible to acknowledge that urban space desertification is a key factor that contributes to the perception of insecurity making urban space lose attractiveness. Urban vitality is affected since people attract other people. It is seen that when architecture presents limited forms, either visual, physical or social it is perceived as hostile. This work aims to discuss the ways hostile architecture has been established as an active element in perception of feedback regarding urban insecurity, as it limits and conditions the experience of urban space between equals and produces “Outliers”, arid, impermeable spaces, disproportionate to human scale. The research considered the Espinheiro neighborhood, in Recife-Brazil. This area is considered the most verticalized in the city, modifying housing patterns and the way of living. It is perceived that that the architecture promoted by the real estate market does not work towards establishing relationships that welcome individuals. Barriers in the urban space are built daily. People have been seeking individualistic protection

over the last decades, which reflects a loss of urbanity, that is, the inherent characteristics of architecture lead to a homogenized, privatized urbanization.

Keywords: Hostile architecture. Urban violence. Espinheiro Neighborhood.

Introdução

Com a estagnação econômica nas décadas de 1980 e 90 ocorreu o acirramento das desigualdades sociais e da pobreza na estrutura social brasileira. Nesse período, os indicadores associados à violência urbana sofreram uma alta sensível, assim como a sensação de insegurança. Além disso, os mercados ilícitos, ilegais e informais ganharam nova dinâmica, impulsionados pela globalização. A integração nacional e global, bem como a ampliação no volume de negócios desses mercados, alterou os ganhos e as formas de apropriação do espaço dos grupos marginais.

Na década de 1990, o tema da segurança pública emerge de forma central nos debates acadêmicos, na mídia e na agenda governamental, tendo como centro os altos índices de violência urbana. A exposição constante à sensação de insegurança e a ampliação do medo levaram a uma corrida por segurança, que vem alterando as configurações arquitetônicas e as práticas sociais nas cidades. Em um primeiro momento, a arquitetura é influenciada pela violência e insegurança urbana, porém a proliferação da arquitetura hostil passa também a influenciar na percepção da sensação de insegurança, o que se torna perceptível ao longo dos anos 2000.

A busca por segurança transforma casas, ruas, praças e conduz a uma perda da vitalidade e urbanidade, na medida em que edifica espaços sem qualidade. A urbanização, com foco de estudo nos condomínios residenciais verticais, reflete uma dissociação entre os espaços públicos e privados e ostenta uma forma de se organizar com base nos padrões de fuga e isolamento, o que é rebatido também na desertificação das ruas e amplia a percepção da vulnerabilidade humana no espaço público agravando a sensação de insegurança urbana.

A proposta desta pesquisa é compreender o papel da arquitetura na atmosfera da sensação de insegurança urbana, indo além de aceitar a arquitetura como efeito das cruzadas humanas pela segurança, buscando compreendê-la, também, como um elemento ativo dessa atmosfera. Mais especificamente, o objetivo deste trabalho consiste em investigar o bairro do Espinheiro, na cidade do Recife, Pernambuco e,

através da arquitetura produzida pelos condomínios residenciais verticais, trazer evidências se ela contribui na forma como percebemos a sensação de insegurança.

Lira (2019, p. 121) verifica “que as formas e funções da arquitetura do medo são reciprocamente influenciadas pelos temores relativos à violência contemporânea”. Caldeira (2000, p. 294) afirma que existe uma “estética da segurança”, o que, segundo autora, reforça que elementos de defesa são utilizados não só por razões de segurança e segregação, mas também por razões estéticas e de *status*. O que nos leva a inferir que alguns elementos são dispensáveis, mas mantêm-se presentes na arquitetura, atuando de maneira repressiva.

É possível perceber, como alerta Davis (2009, p.237), que a forma como se percebe a ameaça é dada em função da própria mobilização por segurança, não estando diretamente ligada aos índices de criminalidade, e conclui que “embora os críticos da arquitetura, em geral, não prestem atenção em como um ambiente contribuem para segregação, os grupos de párias, leem o significado imediatamente”.

Sem negar que a violência e os índices de criminalidade encontram-se arraigados na percepção da sensação de insegurança e partindo da ideia que a forma urbana, apesar de extrapolar a cidade como forma física delimitada pelo espaço construído é desenvolvida com a articulação dos elementos arquitetônicos, buscaremos identificar a relação entre a forma edificada e a percepção de sensação de estar inseguro.

A referida análise será desenvolvida com base na análise do perfil espacial do bairro do Espinheiro, como bairro que primeiro se verticalizou na Zona Norte da cidade do Recife. Sem pretensão de criar uma categorização ou tipificação da arquitetura, a prospecção no bairro buscou entender se há uma relação do aspecto arquitetônico edificado, mesmo que não intencional, com a percepção sobre a sensação de insegurança.

Para alcançar o objetivo proposto foi realizada uma contextualização teórica e pesquisa empírica, o que possibilitou a execução de análises em torno das ideias relacionadas ao objeto, permitindo as investigações do objeto empírico.

Cidade e insegurança

Um dos aspectos mais relevante apontado na literatura, da relação entre a arquitetura e a insegurança, é o critério da visibilidade. Os estudos convergem para uma

consequente redução da insegurança do desenho arquitetônico e uso de espaços que sejam capazes de contribuir com a vitalidade urbana: presença de vigilância, atividades, manutenção e fluxo de pessoas no espaço (JACOBS, 2000; NEWMAN, 1972; HILLIER, 1988).

Lynch (2010) afirma que a compreensão dos componentes e o desenvolvimento da imagem de um lugar e seus constituintes ocorrem pela atuação sobre a forma exterior do ambiente, em conformidade com o processo cognitivo interior. Logo, conceitos como legibilidade e funcionalidade relacionam-se a com a vitalidade do local.

Sem pretensão de criar uma categoria, pelo aspecto semiótico da avaliação do espaço edificado, a arquitetura do medo corresponde à arquitetura edificada com propósito de inibir as condutas suspeitas. As características da arquitetura do medo (ELLIN, 1997) e arquitetura da violência (FERRAZ, 2005) são, grosso modo, similares em suas formas. Muros altos, cercas elétricas, falta de permeabilidade física e visual, diminuições de conexões com espaço público, dentre outros artifícios. Essas são algumas das medidas as quais o indivíduo (ou empresa) recorre com propósito de mitigar uma ameaça externa e caracterizam uma arquitetura subordinada ao medo, à violência e a insegurança.

Este estudo propõe chamar de “Arquitetura Hostil” esses mesmos aspectos, que edificam um espaço descontínuo e limitam a experiência do viver o espaço, do caminhar, além de trabalhar com aspectos arquitetônicos que atualmente parecem negligenciados. Assim o leitor é convidado a olhar a arquitetura por outro prisma, da ótica de um transeunte circulante no espaço público da cidade. A arquitetura, aqui entendida enquanto forma-conteúdo, pela presença da ação em que a forma se torna capaz de influenciar de volta, o desenvolvimento da totalidade (SANTOS, 1996), que veicula o medo e a insegurança, torna-se ela mesma portadora e/ou catalizadora desses sentimentos. Afirma Santos (1996a) que “[...] o espaço organizado pelo homem é como as demais estruturas sociais, uma estrutura subordinada-subordinante”.

Se num primeiro momento a arquitetura é reflexo da sensação de insegurança e medo, que nem sempre se traduz em índices reais de violência, em um segundo momento passa influenciar na percepção da sensação. Uma arquitetura que protege o espaço privado, num segundo momento, pode ser capaz limitar relações,

impedir o convívio e romper laços. A experiência do espaço urbano é única para cada indivíduo e é também parte constituinte do ser humano e, assim, do ser urbano. Uma arquitetura disforme para experiência do corpo, ilegível para indivíduo, que não edifica a cidade como abrigo para o homem, é capaz de se tornar hostil, mesmo que, à primeira vista, essa ação arquitetônica não seja percebida.

Ao longo da história, as cidades e suas arquiteturas servem como testemunho das sociedades e como importantes sistemas de informação, comunicação e transmissão cultural no decorrer dos anos. Guattari (1992) assinala que o “devir da humanidade parece inseparável do devir urbano”.

A cidade é a expressão material máxima do fenômeno urbano, mas a arquitetura se torna responsável para além da materialidade do abrigo humano. Pois, ela media, acolhe e organiza determinadas ações e relações sociais. No espaço da cidade são escritas suas histórias e relações de dominação, formação e conquista. A maneira como são edificadas são fontes históricas que nos permitem entender essas relações existentes. O processo de urbanização, sob a égide da propriedade privada, apresenta transformações nas relações sociais, econômicas e locais.

A consolidação do processo de urbanização avançou, trazendo consequências danosas para a população, para as relações sociais e de trabalho que se desenvolviam. Bauman (2010) aponta como o capitalismo pode florescer e prosperar durante certo tempo, desde que haja condições favoráveis a ele, “mas não pode fazer isso sem prejudicar o hospedeiro, destruindo cedo ou tarde as condições de sua prosperidade ou mesmo de sua sobrevivência”.

Intensifica-se a urbanização, nasce à metrópole. Um espaço onde a luta do indivíduo contra a sociedade ganha claros contornos: no subjetivismo exagerado, no distanciamento um dos outros e no medo do contato com o outro (STECHEER, 1995). Para proteger-se das ameaças que o desenraizariam, o homem da metrópole se torna racional. O indivíduo cosmopolita passou a ter uma imagem do estranho como ameaçador. Ele não reage de forma direta e emocional, como faz o indivíduo da cidade pequena. O cidadão metropolitano é obrigado a mascarar seus sentimentos e, muitas vezes, a não reagir aos estímulos sofridos, assumindo um ar *blasé* no cotidiano, essa capacidade é uma das principais características do homem da metrópole.

A atitude *blasé* resulta, em primeiro lugar, dos estímulos contrastantes que, em rápidas mudanças e compressão concentrada, são impostos aos nervos. Disto também parece, originalmente, jorrar a intensificação da intelectualidade metropolitana. (SIMMEL, 1967)

Ainda que Simmel tenha deixado de lado uma série de outras relações pautadas na cooperação e solidariedade que se desenvolvem na metrópole, sua grande contribuição é mostrar que parte dos indivíduos reagem ao cotidiano metropolitano com uma atitude de reserva, de busca da privacidade.

Afirma Sennett (1988) que “o silêncio em público se tornou o único modo pelo qual se poderia experimentar a vida pública, especialmente a vida nas ruas, sem se sentir esmagado” todo cidadão seria possuidor de um “escudo invisível, um direito de ser deixado em paz”. Não será objeto de debate desta dissertação a esfera pública ou espaço público versus privado, mas como o urbanismo neoliberal influencia estilos, modos de vida e hábitos, das mais diferentes formas.

Reforçando a ideia capitalista de separação e do isolamento, Sennett (1988) faz uma crítica mostrando que o ambiente incita a pensar no domínio público como desprovido de sentido e nesse momento passa a ser materializada no ambiente urbano, da arquitetura toda contradição da vida pública e privada.

A transformação do espaço público nos centros urbanos também é a sua popularização. Uma vez que os operários e populares passam a fazer parte da cena pública e ocupam o espaço com suas práticas de lazer e contestação, cria-se a imagem de horror e perigo (JESUS, 2011)

Talvez seja este um importante ponto para proliferação da sensação da insegurança. A popularização do espaço urbano impede o controle das massas populares?

Segundo Bauman (2009), a proliferação da insegurança urbana está ligada aos medos modernos que tiveram início com a redução do controle estatal, considerando que, desde o princípio, o Estado participava das “redes de proteção”, de uma estratégia de contenção de medos sociais, que foram enfraquecidas.

A modernidade sólida, afirma Bauman (2009), administrava o medo da solidariedade, um “laço natural”, que foi substituído pela competição. Nesse momento, os indivíduos despreparados estão entregues à própria sorte e, posteriormente, com a modernidade líquida, estão entregues aos seus próprios recursos que são claramente

inadequados. As relações se diluíram, os indivíduos estão fisicamente próximos e socialmente distantes.

O indivíduo passa a ter uma necessidade de se proteger da ameaça, todos se tornam suspeitos, os laços solidários se esgarçam, as suspeitas se tornam generalizantes assim como a ansiedade, pois se vive a instabilidade da vida contemporânea. O impulso para se proteger da ameaça redefine as escolhas e fomenta estratégias de evitar “o outro” e de se separar do “perigo potencial”, dando amplitude ao processo de segregação espacial e social.

Ponto chave para estudos urbanos contemporâneos, a estreita interação entre as pressões globalizantes e o modo como as identidades locais são negociadas, modeladas e remodeladas (BAUMAN, 2009), acrescentada e manifestada no tecido urbano, apresentam relevância por alterar significativamente a qualidade de vida do homem. Pois a combinação de espaços construídos e vividos constituem lugares de significado, identidade e sentido social e cultural.

Na vivência do espaço urbano, baseada na não vivência e no não contato com o desconhecido, “suspeitamos dos outros e de suas intenções, nos recusamos a confiar (ou não conseguimos fazê-lo) na constância e na regularidade da solidariedade humana”. Reproduzindo a ideia de perigo iminente, “os medos nos estimulam a assumir uma ação defensiva. Quando isso ocorre à ação defensiva confere proximidade e tangibilidade ao medo [...] o medo agora se estabeleceu, saturando nossas rotinas cotidianas” (BAUMAN, 2007, p.15).

Para Sennett (2002) é bastante natural que a flexibilidade cause ansiedade, as pessoas não sabem se os riscos serão compensados, ou que caminhos eles seguirão. Isso faz com que o indivíduo seja facilmente encorajado a tomar decisões que, aparentemente, são certas em benefício próprio, sem identificar os efeitos de sua ação. Podemos exemplificar apresentando como a locomoção exclusiva por veículo automotor vem contribuindo diretamente para a desertificação das ruas.

As duas transformações modernas que contribuem para espalhar uma sensação de insegurança, segundo Bauman (2007), são a valorização do indivíduo e suas decisões e a vulnerabilidade da “rede de vínculos sociais”. Vivemos hoje uma enorme valorização do “eu”, seja por uma sensação de desamparo, seja pela

individualidade exacerbada, contudo se faz importante entender os efeitos macro dessa individualização.

Na cidade contemporânea, alia-se ao processo de individualização o aumento gradativo dos números da violência. Este é um fenômeno que atinge a sociedade: cotidianamente, as práticas são penetradas pela ameaça da criminalidade urbana e enfraquecimento dos laços sociais.

A insegurança se relaciona com a falta de confiança e com a iminência de uma ameaça. Nasce de “um sentimento de impotência: de não estar mais no controle” (BAUMAN, 2007, p. 32), que se assemelha ao o homem como o lobo do próprio homem, possuidor de um poder de violência ilimitado. É um sentimento real que mobiliza as populações e que tem impactos negativos na qualidade de vida e na relação com o outro. Influenciando no cotidiano das pessoas, promovendo, cada vez mais, o distanciamento entre os indivíduos e dos indivíduos com a cidade.

Para Bauman, há uma característica que sempre se fará presente nas cidades: ela é um espaço cheio de desconhecidos convivendo em extrema proximidade. Guedes (2004) afirma:

“A arquitetura leva à cidade [...] pessoas singulares, de natureza social, em constante e inesperada mutação, como ficou claro na fragilização política a que ficou exposta a classe operária, nas últimas décadas. Pessoas individuais ou coletivas, públicas ou privadas e seus projetos legítimos em conflito permanente por novas configurações sociais, exigindo e conciliando para sobreviver ou, simplesmente, trabalhar, comer, reproduzir e educar, com o pensamento treinado em batalhas violentas, onde o amor assoma como alimento e força”.

Como imaginar cidades onde as pessoas busquem se isolar? Bauman (2007) responde que, o ambiente social vivido nas grandes metrópoles é permeado por um movimento ambivalente, o confronto “mixofobia” versus “mixofilia”. Onde a “mixofobia” é o típico medo de se envolver com diferentes, interagir ou conviver de alguma forma. A formação de condomínios, academias, clubes fechados, são exemplos desse processo, pois criam núcleos de sociedade homogênea. Mas da mesma forma a “mixofilia” que é o prazer de estar num ambiente diferente e estimulante, de partilhar uma vida social. Fazem o indivíduo viver nesse espaço.

As razões da “mixofobia” podem ser corriqueiras e quando expostas são facilmente entendíveis, mas não necessariamente fáceis de esquecer. Seria manifestada no impulso de construir ilhas de similaridade e identidade em meio a um oceano de

diversidade e diferença. “A concentração maciça de estranhos é, simultaneamente, um repelente e um poderosíssimo ímã [...]” (BAUMAN, 2007). Para exemplificar, podemos nos referir aos espaços exclusivos, tipo camarote.

A fragmentação da vida urbana permite o surgimento de grupos de indivíduos unidos por interesses, hábitos, opiniões e condições financeiras iguais. Evitar o “outro”, o “estranho”, o “estrangeiro”, traz uma suposta segurança e uma superficial sensação de “paz social” e isso é possibilitado pela homogeneidade social encontrada nos espaços fechados, efeito que potencializa o que Bauman denominada de autosegregação, que é uma tendência a se separar.

A tendência a se isolar aumenta, se espalhando por todo tecido urbano. A importância do debate se dá para entendermos a transformação da arquitetura da cidade e sua influência na forma como as pessoas percebem e se apropriam desse espaço. Entender a mudança da postura arquitetônica, que passa a se fechar para o espaço público, e negar a rua e vida urbana que erguendo barreiras físicas segregam espaços, vidas, relações e interações que o viver urbano permite (BAUMAN, 2003).

Caldeira (2000) afirma que é possível descobrir, no entorno do processo de construção física dos enclaves, um processo de construção simbólica de um círculo, ao redor do qual o medo é trabalhado e reproduzido, além de produzir a própria segregação socioespacial e a própria violência.

Outro fato interessante nessa busca por se proteger é que, de forma contraditória e aparentemente desconectada, quando o processo civilizatório registra os maiores avanços na direção da democracia e progresso tecnológico, afirma Souza (2008), é quando a violência assume posição de destaque dentre as preocupações urbanas.

O aumento real ou percebido da violência criminal tem efeitos no plano material, simbólico e econômico, podendo causar marcas, no indivíduo e na cidade, de difícil remoção. O espaço público contemporâneo perde, na atualidade, sua função precípua de lócus de sociabilidade. As relações sociais de vizinhança não criam laços reais e não se estabelecem. Bauman (2007) faz referência ao individualismo presente na contemporaneidade:

A insegurança moderna é caracterizada pelo medo dos crimes e dos criminosos, na constância e na regularidade da solidariedade humana. Relatando o que Castells atribui a culpa por esse estado de coisas ao individualismo moderno. Dever individual de cuidar de si próprio, areia

movediça na contingência, o perigo está em toda parte são inerentes a essa sociedade.

Com isso, é reforçada a imagem dos espaços privados como refúgio e lugar de segurança, o que acaba não sendo verdade, pois a reprodução dessa ideia eleva o medo de estar sozinho, tendo em vista que o perigo está em todo lugar e isso se traduz no esvaziamento do espaço público e reverbera ainda mais na sensação de insegurança coletiva.

Uma urbanização sem urbanidade

No Brasil, da década de 1980, as cidades passam por processos de mudanças relacionados à economia, infraestrutura e política. Entre os vários elementos em transformação cabe aqui nos deter nos aspectos do ambiente construído, mas que não passam desconexos dos processos econômicos e sociais.

Na década de 1990 foram implantadas no Brasil as reformas neoliberais que incluíram, entre outras demandas, adequar a economia nacional aos interesses do capital financeiro internacional, a abertura comercial e a diminuição do papel do Estado no planejamento e regulamentação da economia, ou seja, a condição econômica submetida ao controle externo, isto é, subordinada a ele.

Uma nova estética de segurança nasce atrelada ao projeto arquitetônico e renasce na cidade, sob a justificativa da violência. O aspecto arquitetônico de defesa, onde os muros são marcantes e se oferecem como alternativa para uma população amedrontada, faz sobreviver uma ameaça, uma incerteza que paira sobre a sociedade inteira: a crise do fordismo.

As relações estabelecidas na cidade, e com a cidade, deixam marcas e restabelecem quase diariamente limites, experiências e apropriações. Os lugares são componentes estratégicos do instrumental da arquitetura urbanística e são as expressões das resistências, dos conflitos, que ali se estabelecem.

O indivíduo percebe a cidade e, de acordo com suas experiências, define suas estratégias diárias de movimentação de acordo com o espaço apropriado. O espaço arquitetônico, é permeado por feitos culturais e sociais. O homem, como seu par dialético, dá sentido à materialidade na apropriação e uso do espaço, os transformando em lugares e aí os espaços vazios são preenchidos por gestos, convivências e sentido.

Quando sob justificativa de buscar proteção, evita-se sair de casa, andar nas ruas, sair sozinho, tomar um ônibus ou andar a pé, se desenvolve com a cidade uma relação avessa ao processo de apropriação do espaço urbano. E como se não bastasse, é necessário buscar espaços e relações de sociabilidade desenvolvidas em locais “seguros”. É necessário “estar protegido”. Cada decisão individual e coletiva influencia na estruturação do espaço e essas escolhas redesenham a cidade. Quando a decisão é pautada na individualidade fomenta estratégias de evitar “o outro” e de se separar do “perigo potencial”, dando amplitude ao processo de segregação espacial e social.

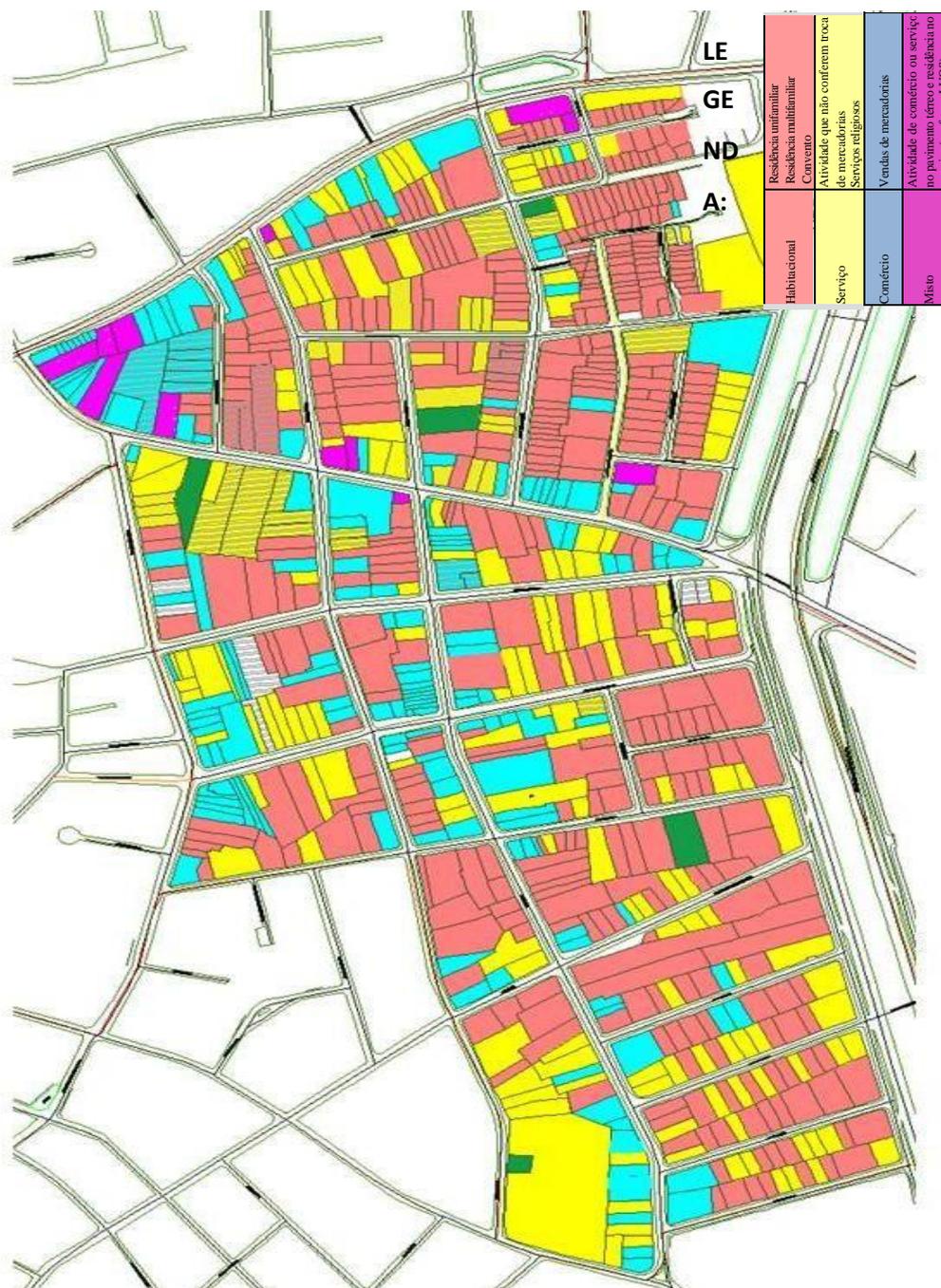
A sensação de insegurança se traduz na desconfiança e interfere nas formas como as pessoas interagem e se relacionam. A sensação da ameaça tende a desencadear ações defensivas por parte da população que, se sentindo desprotegida, modifica a forma de se relacionar com o outro e com o espaço e alterando as práticas cotidianas, na busca de se proteger de um perigo virtualmente criado.

Arquitetura hostil e o Bairro do Espinheiro

Conhecido como Sítio Matinha, nome oriundo da densidade de vegetação, onde se localizava, no “beco do espinheiro”, atual Rua do Espinheiro, começa o adensamento residencial do bairro, formado em sua maioria por usineiros e comerciantes portugueses sendo eles os primeiros a fixar suas residências nessa região. Atualmente o bairro vive uma crescente transformação com a modificação intensa de espaços comerciais e edifícios empresariais, além do incremento do mercado de residências.

A estrutura espacial do Bairro é uma grelha reticulada com certa regularidade, confluindo para o centro. É caracterizada pela existência de 4 vias longas na direção norte-sul, que são interceptadas transversalmente por vias na direção leste – oeste. Essa configuração faz com que o Espinheiro seja irrigado de transporte, e como peculiaridade apresenta uma ZEIS – Campo do Vila, remanescente da LCM – que se sustentam ali desde 1930, muito antes da construção da Avenida Agamenon Magalhães, e resistem no local desde sua expulsão 1970, para construção da via, quando o solo passou a valorizar de forma intensa.

Mapa 1: Mapa de uso e ocupação do solo

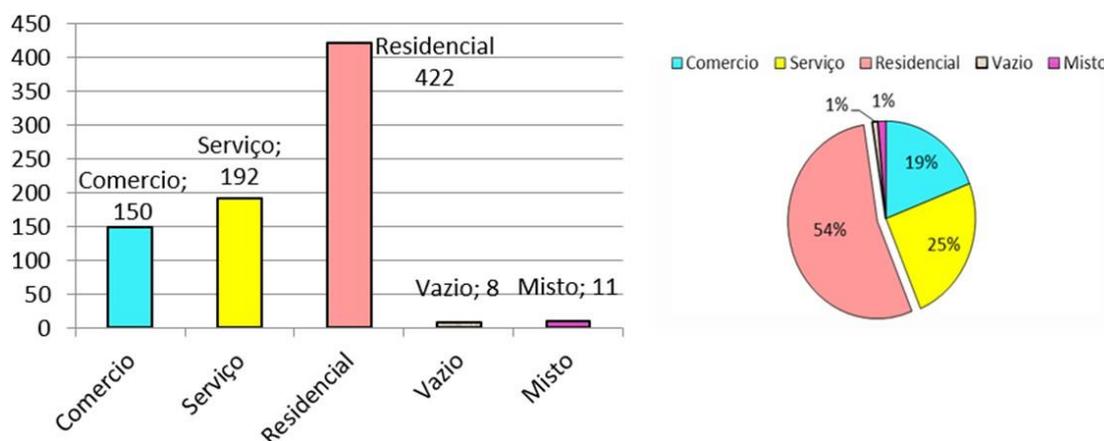


Fonte: A autora, 2018.

No mapa é evidenciado e confirmado a uso residencial do bairro. Além das edificações habitacionais o Espinheiro possui uma variedade de comércios e serviços. Os eixos principais localizam-se na franja dos principais corredores viários, alguns serviços de utilidade pública, também estão localizados na região como Tribunal Regional do Trabalho, Gerência Regional Escolar e o Ministério Público. Na parte oeste

do mapa temos a concentração de serviços de saúde privados, e o Hospital dos Servidores do Estado.

Gráfico 1: Uso e ocupação do solo



Fonte: A autora, 2018

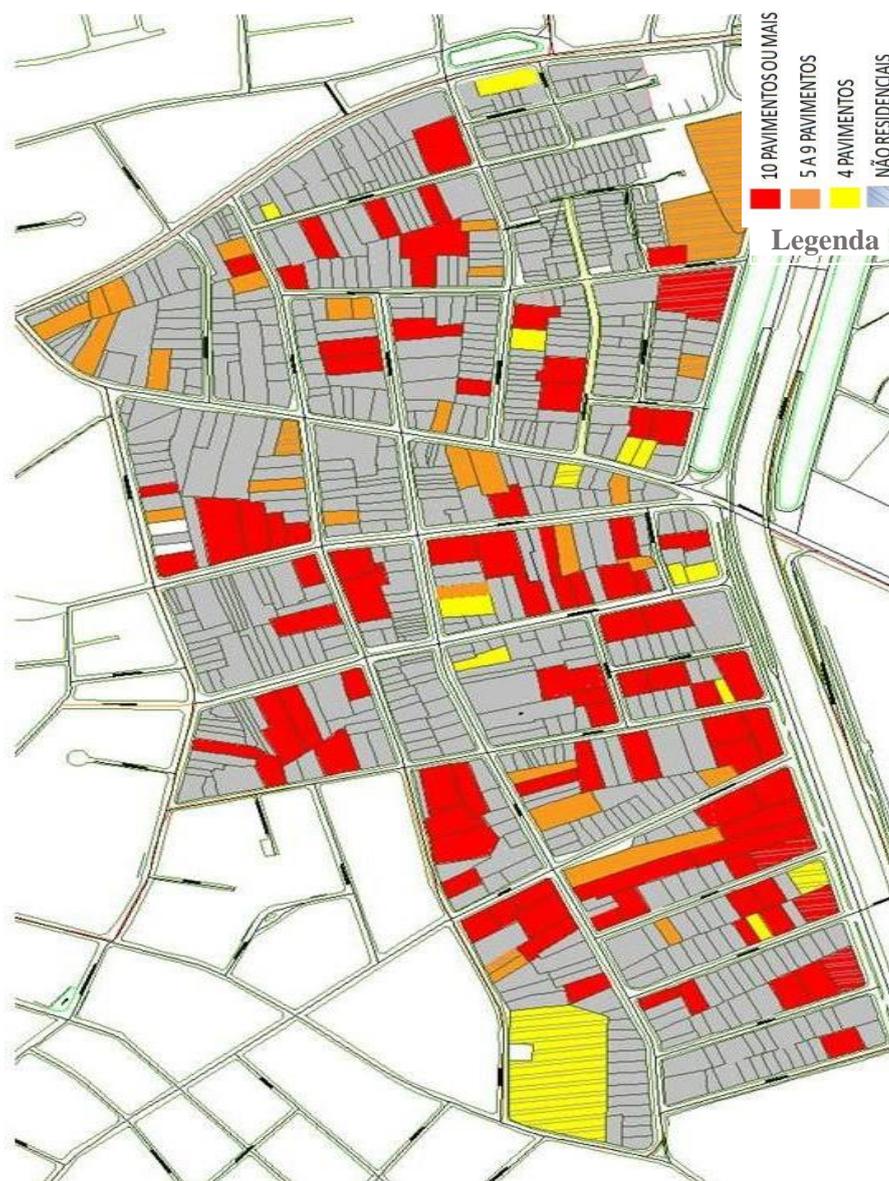
O bairro é composto por 783 lotes, dos quais 54% (422) são residenciais; 19% (150) são comerciais. Os serviços desenvolvidos no bairro contam com 25% (192) do total de lotes. Possui 1% (8) dos lotes ainda vazios (sem registro de atividade na prefeitura), e 1% (11) de uso misto. O levantamento que culminou nos gráficos e mapas foi realizado com “in loco” com base na atividade realizada no momento.

O comércio principal conta com dois supermercados, e duas lojas menores de uma rede também de hipermercados. O bairro possui ainda duas escolas particulares. Além de uma Escola Pública Municipal e uma Estadual. Além da creche, que atende prioritariamente a população da ZEIS. Padarias, farmácias, bares e restaurantes, são encontrados facilmente no bairro. O Espinheiro possui um polo gastronômico, atrativo para toda Zona Norte da cidade. Apesar de sua centralidade é possível ainda observar comércios de bairro, com salões de beleza, e mercearias.

No tecido urbano do bairro, 21% das ruas não possui nenhuma edificação verticalizada. É importante salientar que como estamos estudando o bairro como divisão político-administrativa, as análises são para o recorte estudado, ou seja, a Avenida Rosa e Silva possui edificações verticais, mas não no segmento dentro do bairro do Espinheiro.

A concentração das edificações verticais de uso habitacional está na franja do corredor viário principal interno do bairro, a Rua do Espinheiro, que foi eixo de ocupação inicial do bairro apresenta conexão relacional com as vias com mais unidade. É importante também ressaltar que as vias são corredores de transporte coletivo conferindo certa capilaridade aos espaços.

Se visualmente o bairro não apresenta um adensamento construtivo em altura muito alarmante, é importante fazer a análise de como para estrutura urbana, por exemplo, de e projetada para um terreno que comporta uma casa unifamiliar, passe a comportar dez famílias. Grosso modo é isso que ocorreu em cada mancha vermelha apresentada no mapa.

Mapa 2: Mapa de verticalização do bairro do espinheiro

Fonte: A autora, 2018.

Quando o assunto é equipamentos públicos é importante esclarecer que o Espinheiro é um dos 15 bairros da cidade do Recife que não possui nenhum espaço de lazer público. A Praça da FEB, que para muitos está contida no bairro, está situada administrativamente no bairro dos Aflitos, isto também se repete como a Igreja Matriz do Espinheiro, que está administrativamente lotada no mesmo bairro. É importante destacar que apesar da ausência de equipamentos de lazer, há uma extensa massa arbórea, que oferta a população uma média de 24 árvores por rua, sendo uma das áreas mais verdes da cidade.

Ao mesmo tempo em que tal constatação é um ponto positivo, pois proporciona sombreamento e uma caminhada agradável, a falta de cuidados e manutenção, torna difícil o dia a dia. A circulação de pedestres é comprometida, visto que as dimensões da faixa de serviço são irrisórias. Outro ponto é que o tipo do indivíduo arbóreo (oitis) é incompatível com as calçadas aliadas, isso torna qualquer simples deslocamento em uma tarefa difícil.

A importância de conhecer e reconhecer os caminhos do bairro do Espinheiro está na possibilidade de vivenciar o bairro no seu sistema viário e na paisagem revelada pelo caminhar. Assim começamos a entender como a influência da arquitetura na percepção individual. Um bairro sem um local de encontro ou descanso não é atrativo para as pessoas, a arquitetura cumpre papel no acolhimento e integração das pessoas e as relações estabelecidas, no espaço da cidade.

Mas, o que os levantamentos têm a dizer sobre o espaço físico da arquitetura do Espinheiro?

A arquitetura adota como premissa a proteção, é como uma prioridade de preocupação do ato de arquitetar, a cidade foi construída para isso. Porém quando a arquitetura é imbuída de outras funções (manter segurança patrimonial) que não lhe são próprias, passa a haver uma mistura de sentidos e significados, que não permite ao indivíduo a conferir identidade com a cidade e assim se apropriar do espaço.

O homem passa a ver e a interagir com a arquitetura como barreira, pois ela sendo portador de significados, ressalta além dos aspectos materiais os aspectos sociais, quem está dentro e quem está fora, e quem pode ou não entrar, o que é público e o espaço que é privado, o que é de dentro e o que é “da rua”.

Dirigimo-nos assim, a analisar, no bairro do Espinheiro quais dos elementos que a arquitetura hoje utiliza para se apresentar como barreira entre o espaço público e o espaço privado. Acreditamos que a sobre posição de elementos da arquitetura do medo associado a aspectos da produção capitalista do espaço, assim como elementos de segurança, pode sim gerar uma hostilidade captada pelos indivíduos na sensação de insegurança urbana.

Com o instrumento de análise elaborado para pesquisa conseguimos montar um mapeamento do bairro identificando áreas com mais e menos edificações que possuam mais ou menos características hostis. O instrumento nos possibilitou criar dois

perfis. Um de características inatas da arquitetura: muros, relação com escala humana e porosidades. E outro de características agregadas à arquitetura, ou seja, dos elementos de segurança:

Figura 1: Exemplo do instrumento de análise

TIPO: EDIFÍCIO RESIDENCIAL - EDF. REGINA HELENA				
FOTOS				
				
ENDEREÇO	ESQUINA RUA QUARENTA E OITO, COM RUA CONSELHEIRO PORTELA, 501.			
PAVIMENTOS	13 + SEMI TERRADO			
		0	1	2
RELAÇÃO JANELAS RUA	AS PRINCIPAIS JANELAS NÃO SÃO VOLTADAS PRA RUA		1	
MUROS	MURO E GRADES(ALTURA + 1.80)			2
PORTARIA	POSSUI		1	
PERMEABILIDADE VISUAL TERREO	NÃO POSSUI			2
CERCA ELETRICA		X		
CÂMERAS DE SEGURANÇA			1	
PORTÕES DUPLOS		X		
GRAMPOS		X		
CONCERTINA		X		
LOGO SEGURANÇA PRIVADA			1	
TOTAIS		4	4	
				TOTAL GERAL
				8

0 a 14

Fonte: A autora, 2018.

Com base nos levantamentos de campo, que foram agrupados, foi possível estabelecer os perfis das edificações no bairro Espinheiro, e quantificar os elementos dispostos nas edificações verticais no bairro. A planilha foi baseada em uma pontuação de 0 pontos a 14 pontos, com a lógica quando menor melhor. Possui a parte de itens genuinamente arquitetônicos, onde as edificações podem somar até o 8 pontos. E os equipamentos de segurança num total de 6 pontos. Podemos assim saber quantos e quais equipamentos são utilizados, e como eles estão dispostos no tecido urbano do bairro.

Podemos facilmente identificar que na Rua da Hora há uma edificação que utiliza todos os elementos de segurança, assim como se observar várias edificações que não fazem uso de nenhum elemento de segurança. Ressaltamos a Avenida Norte onde as edificações analisadas não fazem uso de nenhum elemento de segurança. Essas informações nos possibilitaram um perfil discricionário dos itens e sua pulverização no bairro.

Figura 2: Edificações por elemento de segurança

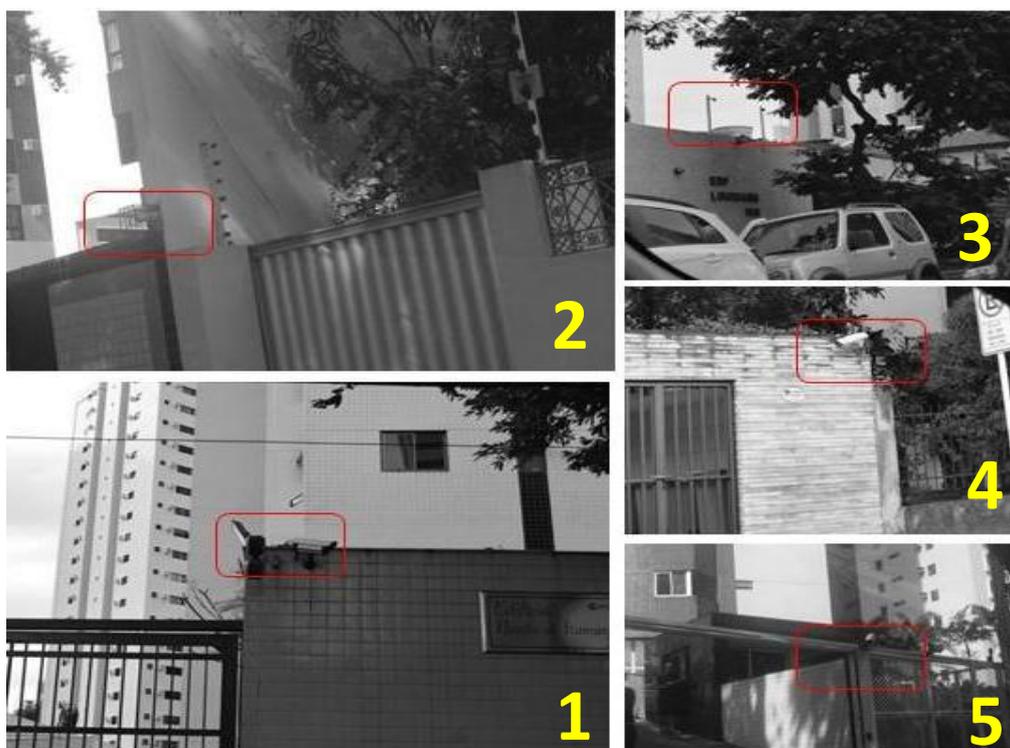
1 Rua Quarenta e oito	6	8	8	7	1	7	4	6	5	7	5	5	Arquitetura	
	2	2	2	3	1	1	1	5	4	5	5	5	Segurança	
	8	10	10	10	2	8	5	11	9	12	10	10	Total	
2 Rua Barão de Itamaracá	1	1	7	7	8	6	7	6	7	8	3	3	Arquitetura	
	0	0	2	3	2	1	0	3	2	2	1	1	Segurança	
	1	1	9	10	10	7	7	9	9	10	4	4	Total	
3 Rua Santo Elias	5	7	2	8	6	5	5	4	7	6	7	6	Arquitetura	
	1	3	2	4	4	3	4	3	3	3	1	1	Segurança	
	6	10	4	12	10	8	9	7	10	9	8	7	Total	
4 Rua José Luiz	6	3	7	8	Arquitetura									
	3	2	3	2	Segurança									
	9	5	10	10	Total									
5 Rua Fernando Alain	8 Arquitetura													
	4 Segurança													
	12 Total													
6 Rua Amélia	4	1	1	Arquitetura										
	2	1	0	Segurança										
	6	2	1	Total										
7 Rua Gomes Pacheco	3	7	5	7	2	Arquitetura								
	1	3	4	2	3	Segurança								
	4	10	9	9	5	Total								
8 Rua Venezuela	7	8	7	6	3	Arquitetura								
	2	3	2	2	3	Segurança								
	9	11	9	8	6	Total								
9 Rua Guadalupe	1 Arquitetura													
	1 Segurança													
	2 Total													
0 Rua Buenos Aires	8	4	1	3	Arquitetura									
	3	0	0	1	Segurança									
	11	4	1	4	Total									
1 Rua Conselheiro Portela	7	7	5	5	7	4	6	Arquitetura						
	1	2	1	2	2	2	2	Segurança						
	8	9	6	7	9	6	8	Total						
2 Rua Nicaragua	2	2	Arquitetura											
	3	2	Segurança											
	5	4	Total											
3 Rua Sao Salvador	7	7	7	Arquitetura										
	3	4	2	Segurança										
	10	11	9	Total										
4 Rua Agamenon	7	8	4	4	Arquitetura									
	2	2	3	3	Segurança									
	9	10	7	7	Total									
5 Rua Manoel Arão	6 Arquitetura													
	3 Segurança													
	9 Total													
6 Rua Rui Calaca	7	5	7	Arquitetura										
	2	2	4	Segurança										
	9	7	11	Total										
17 Rua Frigido Lima	8	5	Arquitetura											
	3	4	Segurança											
	11	9	Total											
18 Rua Marques do Paraná	4	3	5	5	7	Arquitetura								
	1	4	4	3	4	Segurança								
	5	7	9	8	11	Total								
18 Rua Afonso Batista	1	4	4	3	Arquitetura									
	2	3	1	1	Segurança									
	3	7	5	4	Total									
20 Rua Alfredo Medeiros	7	7	6	4	1	Arquitetura								
	3	4	2	2	1	Segurança								
	10	11	8	6	2	Total								
21 Rua Alfredo de Carvalho	2	6	Arquitetura											
	1	3	Segurança											
	3	9	Total											
22 Avenida Norte	1	1	Arquitetura											
	0	0	Segurança											
	1	1	Total											
23 Rua Joao de Barros	2	0	1	4	5	3	2	2	6	Arquitetura				
	0	0	0	2	2	1	2	2	2	Segurança				
	2	0	1	6	7	5	3	4	8	Total				
24 Rua da Espinheiro	5	3	2	7	3	5	6	8	7	8	5	7	5	Arquitetura
	3	1	0	4	2	2	0	3	3	3	2	4	2	Segurança
	8	4	2	11	5	7	6	11	10	11	7	11	7	Total
25 Rua da Hora	6	5	4	3	8	1	7	7	7	8	7	7	Arquitetura	
	1	2	2	1	1	0	3	3	4	6	3	3	Segurança	
	7	7	6	4	9	1	10	10	11	14	10	10	Total	

Fonte: A autora, 2018.

Os usos das câmeras de segurança proliferaram em todo bairro. Na Figura 3 observa-se que por toda parte há câmera de vídeo monitoramento. No bairro 70% (92) das edificações utilizam desse elemento com vista garantir sua segurança, podendo chegar a ser ainda maior. O debate que precisa ser travado é sobre qual a efetividade real desse componente. O mercado da segurança privada é baseado num atendimento

remoto e vídeo monitoramento. O crescimento desse nicho se dá em progressão geométrica e suscita debates sobre a efetividade do recurso. Porém já tem um efeito real, a perda da individualidade e privacidade urbana.

Figura 3: Câmeras de monitoramento

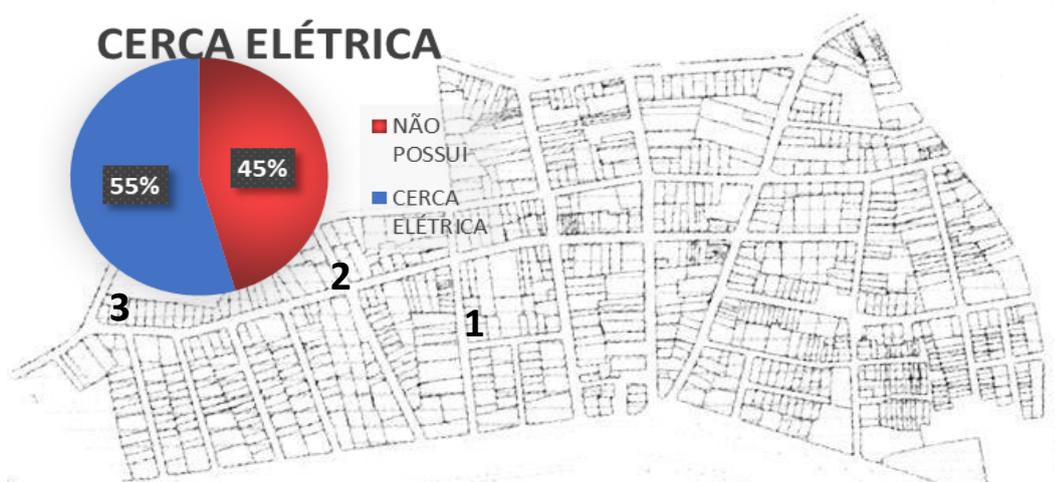


Fonte: A autora, 2018.

As cercas elétricas são elementos que podem variar de forma, tamanho e altura, no bairro se pode identificar cercas com 3, 4, ou 6 fios. E a cerca ainda é utilizada conjugada com concertinas e/ou grampos. Esse item circula quase que a totalidade dos

empreendimentos, e quando não é utilizado pelo prédio, no geral está entre as fronteiras eletrificadas dos edifícios a sua volta, como pode ser observado na Figura 4.

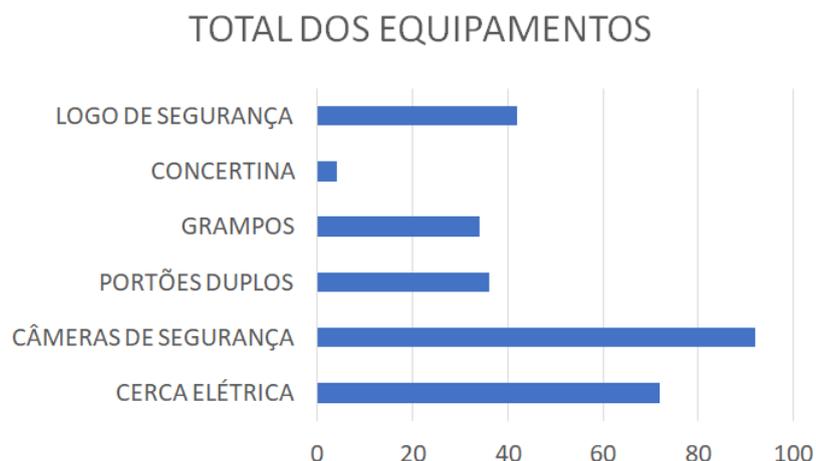
Figura 4: Cercas elétricas



Fonte: A autora, 2018.

No gráfico 2 abaixo percebemos de uma forma geral, os principais componentes de segurança visíveis no bairro.

Gráfico 2 – Total dos elementos de segurança no bairro



Fonte: A autora, 2018.

De acordo com o Gráfico 2, do total dos itens analisados a presença de câmeras de segurança e cercas elétricas sobressaem a utilização dos demais elementos. É ainda pior quando há o uso articulado de vários elementos. É perceptível que o uso indiscriminado dessas estratégias, ao contrário de trazer soluções coerentes para segurança nutrem uma sociedade de espetáculos, potencializando o pânico, banalizando a violência.

As extensas áreas margeadas por muros cegos são desencorajadoras ao caminhar. Áreas com algum tipo de relação física e visual geram uma sensação de segurança. Uma edificação vertical aprovada pela N.º. 16.176/1996, no caso do Espinheiro entre os anos 1980 e 2000, ou seja, antes da aprovação da LDB, tem a possibilidade de assumir as características das imagens, um artifício que sugere a forma final do volume da imagem (Figura 5). Isso ocorre em grande parte dos edifícios do Recife, pois possibilita máximo aproveitamento do solo. No artigo 78, parágrafo 6º:

§ 6º - As edificações com mais de 2 (dois) pavimentos poderão colar em 2 (duas) das divisas laterais e/ou de fundos os 2 (dois) primeiros pavimentos, desde que:

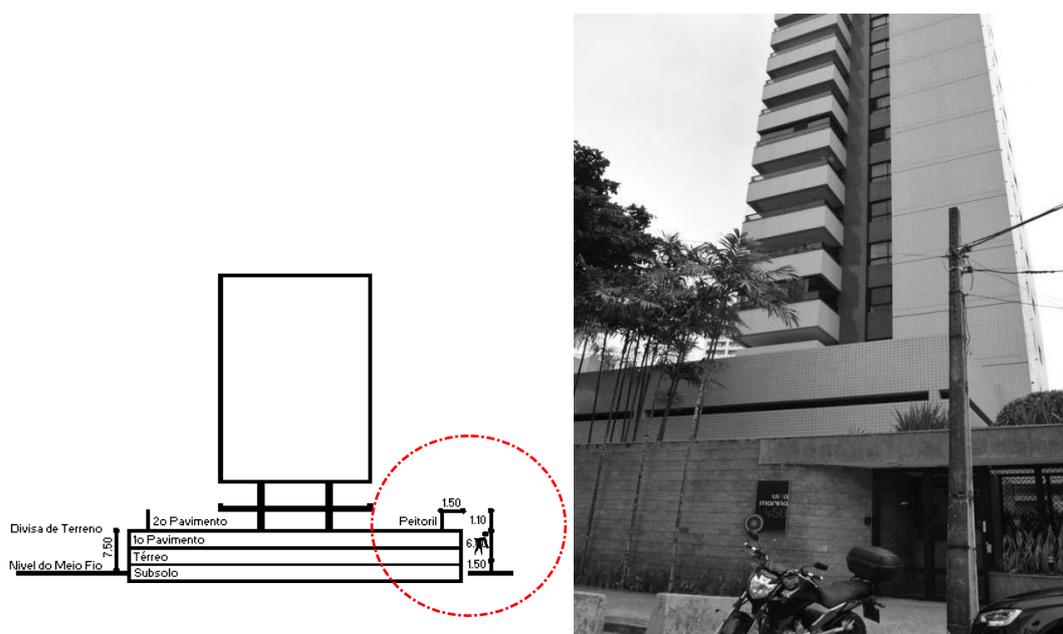
I - quando colarem em 2 (duas) divisas laterais, mantenham um afastamento mínimo de 3m (três metros) da divisa de fundos;

I - quando colarem em 1 (uma) divisa lateral e 1(uma) divisa de fundo, deverão manter um afastamento mínimo de 1.50 m (um metro e cinquenta centímetros) da outra divisa lateral;

III - a altura total das edificações coladas nas divisas laterais e/ou de fundos não poderá exceder à cota de 7.50 m (sete metros e cinquenta

centímetros), cota esta medida a partir do nível do meio-fio, admitindo-se um peitoril relativo ao piso do 2º pavimento com altura máxima de 1,10 m (um metro e dez centímetros) e afastado 1,50 m (um metro e cinquenta centímetros) das respectivas divisas.

Figura 5: Exemplo de forma arquitetônica gerada pela legislação



Fonte: A autora, 2018.

Diante do perfil espacial que se coloca, partimos da hipótese de que a arquitetura também é capaz de influenciar na percepção da sensação de insegurança e ao longo de todo o caminho teórico e metodológico aqui apresentado se encerra acreditando que a sensação de insegurança pode sim ser retroalimentada pela arquitetura hostil. E que através da urbanidade, inerente a forma urbana, a cidade é capaz aproximar os laços pessoais, é necessário que essa urbanização se torne urbanidade e a população seja convidada a utilizar o espaço público.

Considerações finais

Percebemos que mais caminhos se abrem para prospecção do espaço. Procuramos investigar como a arquitetura hostil, que nega a vivência do espaço urbano, se distribui pelo bairro do Espinheiro em Recife. De fato, a arquitetura promovida pelo mercado imobiliário não caminha na direção estabelecer relações que acolham o indivíduo. Cada dia mais edificamos barreira no espaço urbano.

Os espaços seguros propostos por Newman (1972), que são dotados de autocontrole (presença de muros, guaritas recuadas), com definições claras entre espaço público e privado etc, podem ser características individualmente importantes para segurança objetiva, mas o homem como ser coletivo busca a coletividade e espaços vazios e desertos não são atrativos, pessoas atraem pessoas.

Cada elemento precisa ser pensado em sua escala de atuação, parques, praças, rua, caçada, pois todos os elementos são importantes pra constituição da cidade. A verticalização é importante para criar uma cidade mais compacta e com possibilidade de moradia e deslocamento para todos. Porém a forma com ocorre a inserção desse componente precisa ser alvo de estudos e políticas públicas que visem uma distribuição igualitária dos serviços e infraestruturas.

No caso do Espinheiro houve uma mudança nos padrões do habitat e do habitar. A população mais abastada trocou a casa unifamiliar pelos condomínios verticais, pelo luxo e moda das “novas coletividades” – Condomínios verticais-, acentuando a segregação e auto segregação, agravando ainda mais as relações com o espaço urbano.

A sensação de insegurança aumenta à medida que não há mecanismo capaz de proteger a integridade do homem. A solução passa a ser uma busca individual por proteção, que reflete na arquitetura da cidade, que atrelada às contradições e hierarquizações sócio espaciais ajudam na desertificação do espaço público.

As formas arquiteturais predominantes no bairro do Espinheiro, em larga escala, são sustentadas pela alimentação da cultura do medo, mesmo as residências térreas, onde ainda se pode observar uma boa relação da edificação com a escala humana, o recado está estampado: “não entre risco de morte” - cercas elétricas, concertinas entre outros anunciam que o outro não é bem-vindo.

O indivíduo que ainda assim buscar percorrer o espaço urbano se depara com infraestrutura urbana deficitária. Sem espaço de lazer e área de convívio. Calçadas ocupadas por árvores, desniveladas áridas, ou seja, você está sozinho em um espaço desconfortável e que não oferece nenhum atrativo. Então o que fazer nas ruas?

A autosegregação tem contribuído para o agravamento dos processos de desqualificação e deterioração dos espaços públicos. A insegurança, o medo são sim processos ligados à violência, mas assim como a sensação de insegurança é ampliada

pela mídia, e afins a arquitetura hostil como anunciadora de que a rua é m espaço ruim e por isso nos fechamos entre iguais, afastando do público e promove a perda de urbanidade e vitalidade, causando efeitos na sensação de insegurança.

A sobreposição de elementos de segurança se tornou um aspecto gritante na paisagem. Mas talvez o costume com uma imagem da cidade já formada no inconsciente, impeça que o homem perceba a alteração diária da paisagem. Vários estudos apontam que os aspectos visíveis da arquitetura podem estar ligados a algum aspecto de violência, criminalidade ou da percepção da sensação de estar inseguro. Porém o fato é que forma a arquitetura da cidade como materialidade visível, desse medo ou da sensação de estar inseguro, traz consigo aspectos que reverberam no espaço público e que alteram as percepções dos indivíduos citadinos, às vezes mesmo sem que eles percebam.

Referências bibliográficas

- BAUMAN, Z. *Confiança e Medo na Cidade*. Zahar, 2009
- BAUMAN, Z. *Modernidade líquida*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- BAUMAN, Z. *Tempos líquidos*. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.
- CALDEIRA, T. P. R. *Cidade de Muros*. São Paulo: Edusp, 2000.
- DAVIS, M. *Cidade de Quartzos*. São Paulo: Boitempo, 2009.
- ELLIN, Nan (Editor). *Architecture of Fear*. Princeton: Princeton Architectural Press, 1997
- FERRAZ, S. M. T. et al. Arquitetura da violência: a arquitetura antimendigo como eureka da regeneração urbana. *Movimento revista de educação*, n. 3, 2016. Disponível em: <http://www.revistamovimento.uff.br/index.php/revistamovimento/article/view/264/22>. Acesso em: 02 fev 2018.
- GUATTARI, F. *Caosmose: um novo paradigma estético*. São Paulo: Ed. 34, 1992.
- GUEDES, J. Cité et espace politique. *Psicologia USP*, v. 14, n. 3, p. 73-78, 2004.
- HILLIER, B.; HANSON, J. *The Social Logic of Space*. Cambridge: Cambridge University Press, 1984.
- JACOBS, Jane. *Morte e vida de grandes cidades*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

JESUS, A. *Geografia urbana do camelô belo-horizontino*. 2011. 229 p. Tese (Doutorado em Geografia) Instituto de Geociências Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2011.

LIRA, P. S. *Instâncias urbanas e violência: uma análise dialética*. 2009. Dissertação (Mestrado) UFES/PPGAU, Vitória, 2009.

LYNCH, Kevin. *A imagem da cidade*. 2. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010.

NEWMAN, O. *Defensible space: Crime prevention through urban design*. New York: Macmillan, 1972.

SANTOS, M. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 1996

SANTOS, M. *Metamorfoses do espaço habitado*. 4 ed. São Paulo: Hucitec, 1996a.

SENNETT, Richard. *A corrosão do caráter*. Rio de Janeiro São Paulo: Record, 2002.

SENNETT, Richard. *O declínio do homem público: as tiranias da intimidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

SIMMEL. A metrópole e a vida mental. In: VELHO, O. G. *O fenômeno urbano*. Rio de Janeiro: Zahar, 1967. p. 13-28.

SOUZA, M. L. *Fobópole: o medo generalizado e a militarização da questão urbana*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

STECHER, H. Georg Simmel: Dinheiro, a solidez do efêmero. *Cad. CRH*, Salvador, n.22, p. 185-191, jan./jun, 1995.

ERRATA

- Na *Capa* da revista Geografias, v. 15, n. 1, jan./jun. 2019:

Onde se lia:

“Janeiro - Junho de 2019 vol. 27 - nº 1, 2019”

Leia-se:

“Belo Horizonte, v. 15, n. 1, jan./jun. 2019”

- Na *Ficha catalográfica* da revista Geografias, v. 15, n. 1, jan./jun. 2019:

Onde se lia:

“Geografias: Revista do Departamento de Geografia/Programa de Pós-graduação em Geografia, Departamento de Geografia do Instituto de Geociências, UFMG - Vol. 27 nº 1 (Jan-Jun) 2019 - Belo Horizonte: UFMG, Departamento de Geografia, 2019”

Leia-se:

“Geografias: Revista do Departamento de Geografia/Programa de Pós-graduação em Geografia, Departamento de Geografia do Instituto de Geociências, UFMG - Vol. 15 nº 1 (Jan-Jun) 2019 - Belo Horizonte: UFMG, Departamento de Geografia, 2019”

- No artigo *A proteção de mananciais na Região Metropolitana de Belo Horizonte (MG) os desafios de compatibilização entre usos da terra e da água na Área de Proteção Especial (APE) Taboões*, de autoria de Felipe Gabriel Silva Alves, Catharina de Oliveira Maia, Gabriel Lucas Vieira Lazaro, Guilherme Eduardo Macedo Cota e Antônio Pereira Magalhães Júnior, publicado na revista Geografias, v. 15, n. 1, jan./jun. 2019, no cabeçalho de todas as páginas:

Onde se lia:

“Revista **GEO**grafias, v.27, n.1, 2019”

Leia-se:

“Belo Horizonte, v. 15, n. 1, jan./jun. 2019”

- No artigo *Cidade hostil*, de autoria de Shayenne Barbosa Dias e Cláudio Roberto de Jesus, publicado na revista Geografias, v. 15, n. 1, jan./jun. 2019, no cabeçalho de todas as páginas:

Onde se lia:

“Revista **GEO**grafias, v.27, n.1, 2019”

Leia-se:

“Belo Horizonte, v. 15, n. 1, jan./jun. 2019”

- No artigo *Índice de vulnerabilidade das políticas sociais para o município de Belo Horizonte/MG*, de autoria de Pedro Henrique de Souza Oliveira, Plínio da Costa Temba, Marcelo Antonio Nero, Karla Albuquerque de Vasconcelos Borges, Marcos Antonio Timbó Elmiro e Sandra Cristina Deodoro, publicado na revista Geografias, v. 15, n. 1, jan./jun. 2019, no cabeçalho de todas as páginas:

Onde se lia:

“Revista **GEO**grafias, v.27, n.1, 2019”

Leia-se:

“Belo Horizonte, v. 15, n. 1, jan./jun. 2019”

- No artigo *Ferramenta de pesquisas sobre estabelecimentos baseada na geolocalização: uma proposta para aprimorar a experiência do turista em Tiradentes – MG*, de autoria de Rodrigo Otávio Passos Ferreira e Guilherme Augusto Pereira Malta, publicado na revista Geografias, v. 15, n. 1, jan./jun. 2019, no cabeçalho de todas as páginas:

Onde se lia:

“Revista **GEO**grafias, v.27, n.1, 2019”

Leia-se:

“Revista **Geografias**, v.15, n. 1, jan./jun. 2019”

- No artigo *Análise da relação e da destinação dos resíduos sólidos e dos restos numa comunidade rural*, de autoria de Mônica Martins de Godoy Fonseca e Sergio Donizete Faria, publicado na revista Geografias, v. 15, n. 1, jan./jun. 2019, no cabeçalho de todas as páginas:

Onde se lia:

“Revista **GEO**grafias, v.27, n.1, 2019

Leia-se:

“Belo Horizonte, v. 15, n. 1, jan./jun. 2019”

- No artigo *Situação do trabalho análogo à escravidão: análise estatística espacial quanto à vulnerabilidade socioeconômica e à presença de territórios quilombolas em Minas Gerais (2003-2013)*, de autoria de Bernardo Freitas Fantato Gonçalves e Diego Rodrigues Macedo, publicado na revista Geografias, v. 15, n. 1, jan./jun. 2019, no cabeçalho de todas as páginas:

Onde se lia:

“Revista **GEO**grafias, v.27, n.1, 2019”

Leia-se:

“Belo Horizonte, v. 15, n. 1, jan./jun. 2019”

- No documento *Teses e Dissertações defendidas no Programa de Pós - Graduação em Geografia*, publicado na revista Geografias, v. 15, n. 1, jan./jun. 2019, no cabeçalho de todas as páginas:

Onde se lia:

“Revista **GEO**grafias, v.27, n.1, 2019”

Leia-se:

“Belo Horizonte, v. 15, n. 1, jan./jun. 2019”